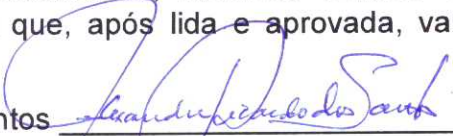


Ata da reunião do Conselho Fiscal do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo – SP. Aos 21 dias do mês de janeiro do ano de 2026, às 17h30min, na sede do IMP, situado à Rua Tarquínio Cobra Olyntho nº 69, Vila Pereira, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal: Alexandre Ricardo dos Santos, Eduardo Rizzieri Cavalli, Cristiane Clementino de Oliveira, Elias Batista Galdino, Fernanda Silvério Mansano, Maria Lúcia dos Santos Geremias e Matheus Dalbon Schiavon. Tendo como pauta da reunião: Análise e parecer dos balancetes do IMP dos meses de novembro e dezembro de 2025 e encerramento; Acompanhamento dos investimentos ref. ao 4º trimestre de 2025; análise dos contratos vigentes; e assuntos diversos. A reunião foi aberta pelo Sr. presidente, Elias Batista Galdino, com a entrega dos documentos referentes aos assuntos da pauta e procedeu com a Análise e Parecer dos Balancetes dos meses de Novembro e Dezembro de 2025 e encerramento, que foram explicados pelo Sr. Júlio César Urias Oliveira, contador do IMP. Na competência de novembro de 2025 o Instituto apresentou em total de receita orçamentária os valores de R\$ 1.381.732,83 no plano financeiro e R\$ 2.670.757,15 no plano previdenciário; em relação às despesas orçamentárias, apresentou o total de R\$ 2.081.154,20 no plano financeiro, R\$ 2.516.788,45 no plano previdenciário e R\$ 153.811,47 de taxa administrativa, apresentando saldo bancário total de R\$ 293.123.253,99 no mês. Na competência de dezembro de 2025 o Instituto apresentou em total de receita orçamentária os valores de R\$ 3.609.173,08 no plano financeiro e R\$ 1.048.868,78 no plano previdenciário; em relação às despesas orçamentárias, apresentou o total de R\$ 4.060.087,87 no plano financeiro, R\$ 5.027.444,44 no plano previdenciário e R\$ 149.641,13 de taxa administrativa, com saldo bancário total de R\$ 288.732.065,86 no mês. Destaca-se que, em dezembro, foram realizados ajustes na Compreprev (compensação previdenciária), que antes vinha sendo contabilizada no plano previdenciário. Quanto ao fechamento do exercício 2025, foi destacado o seguinte: 1) ao longo do ano foram resgatados R\$ 16.855.000,00 que estavam aplicados, para que o Instituto conseguisse cumprir com a folha de pagamento. 2) em 2025 os rendimentos das aplicações financeiras foram muito expressivos. 3) o saldo previdenciário do Instituto, em 2025, foi de R\$ -17.432.451,43, ou seja, esse valor representa seu **déficit orçamentário anual** (as receitas de contribuições, Compreprev e parcelamentos não foram suficientes para suprir as despesas com aposentados e pensionistas), sendo necessário recorrer a resgates de valores investidos. Com relação ao número de aposentados e pensionistas no sexto bimestre de 2025, o IMP fechou com o total de 775 aposentados e 183 pensionistas no mês de novembro e, no mês de dezembro, 772 aposentados e 184 pensionistas. Em seguida, o Sr. Elias Batista Galdino colocou os balancetes dos meses de novembro e dezembro de 2025 e fechamento com os respectivos pareceres para aprovação, sendo aprovados por unanimidade. Depois, foram analisados os contratos firmados no período: 1) contratação da empresa GUIAN COM E SERV MONIT DE ALARME LTDA para prestar serviço de monitoramento

eletrônico e manutenção do sistema de alarme eletrônico na sede do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, por 1 ano a partir de 15/01/2026 e valor global de R\$ 1.078,80; 2) contratação da empresa LDB CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA especializada em consultoria financeira devidamente habilitada na CVM - Consultoria de Valores Mobiliários em nome do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, por 1 ano a partir de 15/01/2026 e valor global de R\$ 9.852,00; 3) prorrogação contratual com a empresa FOUR INFO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA para Licenciamento de Programas de Computador compostos por módulos integrados de sistema de informação de Gestão Previdenciárias com foco em RPPS, pelo período de 12 meses, abrangendo os serviços de implantação, migração de dados, treinamento, customizações e suporte técnico. Valor do contrato 004/2024 corrigido pela variação de 12 meses do IPCA com base de dezembro/2025 em 4,26% passando a R\$ 41.971,32. Na sequência, foi convidado o Diretor Financeiro do IMP, Sr. Edson Luis Garcia, para apresentação do relatório dos investimentos referente ao 4º trimestre de 2025, com base no relatório consolidado elaborado pela i9 Advisory (LDB), empresa de consultoria contratada pelo Instituto. Edson apresentou o comportamento das carteiras de renda fixa, renda variável e investimentos no exterior, bem como a evolução dos resultados no período. Explicou ainda fatores recentes da economia e do mercado financeiro, nacionais e internacionais, que influenciam diretamente os rendimentos das aplicações e, por consequência, o desempenho dos investimentos do Instituto. Entre outubro a dezembro de 2025, a meta atuarial (INPC + 5,17%) foi superada em todos os meses. **A carteira fechou o ano com rendimento de 14,40% no acumulado de 2025, valor que superou com folga a meta atuarial de 9,27%.** No trimestre, a renda fixa apresentou retorno de 3,37%, com participação de 82,26% da carteira, enquanto a renda variável registrou rendimento de 6,40%, representando 10,29% do total. Já os investimentos no exterior tiveram desempenho de 3,87% no trimestre, com participação de 7,45% da carteira. Todas as aplicações mantiveram enquadramento dentro dos limites definidos na Política de Investimentos. Em relação à distribuição por instituições financeiras, o Instituto segue priorizando alocação em agentes de reconhecida solidez, com destaque para Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que somam parcela majoritária da carteira: 86,19%. Na análise de liquidez, 45,21% do patrimônio pode ser resgatado em até 30 dias. Por fim, foi registrado que o Conselho Fiscal analisou os resultados e não apresentou ressalvas quanto aos investimentos e à condução da política de alocação no período analisado. Em 31/12/2025, o IMP apresentava R\$ 288.684.810,81 em aplicações. Edson finalizou comentando que os rendimentos se mantiveram dentro do esperado, considerando a taxa básica de juros vigente. Em seguida, nos assuntos diversos, o sr. Edson Garcia comentou a respeito da publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025, que estabelece limites de aplicação em cada tipo de investimento para alinhar o nível de complexidade ao nível de governança do RPPS, aferido pelo Pró-Gestão. Entretanto, como o IMP

não possui certificação em nenhum dos 4 níveis do Pró-Gestão, na prática, a partir de 02/02/2026 novas aplicações só poderão ser feitas em títulos de renda fixa 100% públicos (art. 7º, I, alínea b). Até lá, a atual Política de Investimentos do instituto será mantida. Após a conclusão de todos os itens da pauta e na ausência de demais manifestações por parte dos conselheiros, o Presidente deu por encerrada a reunião. Após seu encerramento ficou responsável eu, Matheus Dalbon Schiavon, pela lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada.

Alexandre Ricardo dos Santos 

Eduardo Rizzieri Cavalli 

Cristiane Clementino de Oliveira 

Elias Batista Galdino 

Fernanda Silvério Mansano 

Maria Lúcia dos Santos Geremias 

Matheus Dalbon Schiavon 

-----x-----